

Jornal

# BANCÁRIO

## Encontro Estadual dos Bancários no MS, será nos dias 18 e 19 de maio e prepara Campanha Nacional



### 7º EEBAN-MS Encontro Estadual dos Bancários de MS

Nos dias 18 e 19 de maio, será realizado em Campo Grande o 7º EEBAN-MS (Encontro Estadual dos Bancários de Mato Grosso do Sul) onde a categoria mais uma vez vai se reunir para tirar propostas para a Campanha Nacional dos Bancários. A intenção é reunir bancários e

bancárias de todo o Estado. A realização é dos Sindicatos dos Bancários de Dourados e Sindicato dos Bancários de Campo Grande.

O encontro acontece anualmente e tem como objetivo preparar a Campanha Nacional dos Bancários. Serão debatidos os

principais temas de negociações como: remuneração, saúde, assédio moral, fim das demissões, condições de trabalho, PLR, mais contratação, entre outros assuntos relevantes para a categoria.

Este ano, também serão debatidos temas como a conjuntura política e econômica do país e as mudanças tecnológicas implantadas pelos bancos, cada vez mais presente no cotidiano social e que traz ameaças a categoria.

Além disso, no evento, também serão eleitos os delegados representantes que participarão da 20ª Conferência Nacional dos Bancários, que

acontece entre os dias 9 e 10 de junho, em São Paulo, quando será definido a minuta geral de reivindicações da categoria. A pauta deve ser entregue à Fenaban (Federação Nacional dos Bancos) dia 12 de junho. A intenção é iniciar as negociações logo em seguida.

Diante do cenário político e econômico atual, a campanha nacional deste ano deve ser bastante difícil, por isso, precisamos do apoio e da unidade da categoria para manter nossos direitos e conquistas, disse o presidente do Sindicato dos Bancários de Dourados e Região-MS, Ronaldo Ferreira Ramos.

## 1º de maio terá ato por democracia em Curitiba

As mais importantes centrais sindicais do país vão realizar, no dia 1º de Maio, Dia do Trabalhador, um Ato Nacional unitário em defesa da democracia e dos direitos dos trabalhadores e também pela liberdade do ex-presidente Lula.

O golpe foi instalado pelo grande capital para se ter um governo, ainda que ilegítimo, para desmontar o Estado, para desmontar as conquistas da Constituição de 1988, com a terceirização, reforma trabalhista, que deformou todo o conjunto de direitos estabelecidos na CLT. Tivemos a aprovação da emenda constitucional 95, que busca estancar os investimentos

públicos para transferir a renda pública para o grande capital, tivemos uma agenda de privatizações, entrega dos recursos naturais, uma agenda que ainda está em curso.

Estamos vendo a tentativa de privatização do setor elétrico, e temos, por outro lado, uma diminuição dos espaços democráticos, uma situação que a gente quase pode caracterizar como o estabelecimento de um Estado de exceção, onde as liberdades democráticas, as garantias constitucionais estão sendo destruídas pelos poderes.

O desafio é articular essas

diversas lutas, pautas e as diversas formas de organização, num momento em que a democracia está sendo absolutamente desrespeitada, pisoteada, a democracia é ponto fundamental na luta política do país.

Neste ano, no primeiro de maio, completam-se 75 anos da CLT, que estabeleceu direitos que foram surrupiados pela reforma trabalhista. Então é a defesa da democracia, defesa da liberdade para o presidente Lula, e a defesa dos direitos, da soberania nacional estarão no centro dessa manifestação unitária.

Os trabalhadores enfrentam

enormes desafios no Brasil e no mundo para superar as desigualdades, para combater o arrocho salarial e a precarização das condições de trabalho, para barrar a insegurança na proteção social, para impedir os assassinatos e prisões de militantes e lideranças populares, para enfrentar e denunciar a discriminação social, racial e contra as mulheres, para bloquear o cerceamento da liberdade e o ataque à democracia.

Por isso, o ato de 1º de Maio em Curitiba, será histórico, coroando as inúmeras manifestações em todo o país e em sintonia com todos os trabalhadores.

## 5º Congresso da Contraf-CUT elege nova diretoria e define Plano de Lutas



Com o tema "Defesa da Democracia, da Soberania Nacional e dos Direitos", foi realizado entre os dias 6 e 8 de abril, em São Paulo, o 5º Congresso Nacional da Contraf (Confederação Nacional dos Trabalhadores no Ramo Financeiro), com a participação de delegados e delegadas de todo o País, além de convidados e representantes de entidades internacionais.

Durante o evento foram aprovadas alterações no Estatuto da Contraf-CUT, analisada a conjuntura política e econômica

do País e seus reflexos para a categoria bancária, levando em conta as mudanças na legislação trabalhista e os avanços tecnológicos no setor financeiro. Com base nestes debates foi aprovado um plano de lutas para os próximos quatro anos.

No 5º Congresso também foram eleitos os novos integrantes da Direção Executiva e os suplentes, do Conselho Fiscal e do Conselho Diretivo. Juvandia Moreira, que era vice-presidenta da entidade, foi eleita para presidir a Contraf-CUT na gestão 2018/2022.

## Bancos recebem multas de R\$ 44 milhões da CCASP



Durante a 115ª Reunião da CCASP (Comissão Consultiva para Assuntos de Segurança Privada), realizada neste mês de abril em Brasília, os bancos foram multados em mais de R\$ 44 milhões por irregularidades cometidas em relação à segurança no ano de 2017.

Mesmo assim, segundo revelou a CCASP, nos primeiros meses de 2018, já são R\$ 7.616,585 milhões em multas aplicadas às instituições financeiras por descumprimento à legislação

sobre o mesmo tema. As estatísticas mostram que no ano passado foram iniciados 5.315 processos punitivos contra os bancos. Neste início de 2018 já são 1.178 os casos de irregularidades verificados. Quanto aos processos punitivos julgados, foram 9.480 em 2017 e 1.801 em 2018. Representantes da categoria bancária na CCASP cobraram durante a reunião estudos sobre novas tecnologias de segurança bancária a serem implementadas nas agências para conter essa onda de ataques.

## Lucros estão nas alturas e mesmo assim bancos enxugam quadro de pessoal

Os balanços apresentados pelo sistema financeiro mostraram um mundo à parte da realidade, os bancos que operam no Brasil.

Alheios aos efeitos da crise política e econômica que castiga as camadas menos abastadas da população, as instituições financeiras mantêm taxas de juros nas alturas mesmo após os sucessivos cortes aprovados pelo Copom (Conselho de Política Monetária) na taxa básica (Selic), arrancando o coro dos clientes que precisam de empréstimos, utilizam o limite do cheque especial ou que não conseguem pagar à vista a

fatura do cartão de crédito, sem falar nas tarifas caríssimas cobradas sem que haja uma contrapartida nos serviços prestados nas agências.

Juntos, Itaú, Bradesco, Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil, Santander e Safra somaram R\$ 79,4 bilhões de lucro líquido em 2017, montante que poderia ser muito maior se não tivessem reservado valores significativos para as PDDs (Provisões para Devedores Duvidosos), numa manobra contábil encontrada para esconder seus ganhos escandalosos e assim pagar menos

impostos para o governo e uma participação menor para os funcionários. E, mesmo assim, o setor que mais ganha no País é um dos que mais demite para cortar despesas com as folhas de pagamento, seja na base da rotatividade ou de PDVs (Programas de Desligamento Voluntário), como fizeram o BB, Caixa e o Bradesco.

O Itaú, sozinho obteve R\$ 24,9 bilhões de lucro no ano passado, montante que representa um ganho líquido de mais de R\$ 2 bilhões por mês, obtido por meio da exploração de bancários,

bancárias e dos clientes, que pagam caro para ter uma conta no banco, mas são obrigados a fazer praticamente tudo nos terminais eletrônicos ou no celular.

O movimento sindical entende que estes números precisam estar na mesa de negociação deste ano, onde será cobrado dos bancos não só a sua responsabilidade social, mas também uma política de pessoal que não seja pautada tão somente na busca de resultados cada vez mais difíceis de serem alcançados e que estão afetando, em muito, a saúde física e psíquica da categoria.

# Audiência, discute empresas públicas e a preocupação com a privatização



Em audiência pública para discutir as empresas públicas os bancários mais uma vez ratificaram sua preocupação com o desmonte dos bancos públicos que o governo federal vem promovendo no país.

Esse desmonte traz um futuro incerto para os trabalhadores e a privatização dos bancos públicos é algo que está a caminho. Uma luta

que temos que travar diariamente.

A privatização dos bancos, significa a redução no número de agências, principalmente, nas cidades do interior do Estado, provocando a demissão de trabalhadores e prejudicando o atendimento à população e não somente isso, uma vez que os bancos públicos são fundamentais

para a economia voltar a crescer.

O debate foi realizado na Assembleia Legislativa, por proposição do deputado estadual Pedro Kemp, com a participação dos bancários e outros trabalhadores de setores que podem ser prejudicados pela privatização, como energia, água e Correios.

Dos R\$ 27 bilhões movimentados em operações de crédito em Mato Grosso do Sul, 90% (R\$ 24,7 bilhões) são de bancos públicos.

Vale ressaltar ainda que o montante de R\$ 9,7 bilhões é referente ao crédito rural, sendo 88,4% das operações (R\$ 8,6 bilhões) realizadas por bancos públicos, ou seja, além dos programas sociais como FIES e

“Minha Casa, Minha Vida”, os bancos como a Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil garantem o desenvolvimento da agricultura e pecuária do Estado ao fornecer linhas de crédito com juros menores.

São 288 agências em todo o Estado, sendo 134 de bancos públicos. As unidades bancárias estão distribuídas em 62 cidades.

O Sindicato dos Bancários de Dourados e Região-MS, mais uma vez marcou presença neste evento apoiando e contribuindo para o debate e principalmente propondo ações, já que se trata de um tema relevante a sociedade, para os trabalhadores e principalmente para o desenvolvimento do Estado, disse Ronaldo Ferreira Ramos presidente da entidade.

## Ação de correção de FGTS continua suspensa pelo STJ

Em 2013 vários sindicatos do Brasil, dentre esses está o Sindicato dos Bancários de Dourados, ajuizaram uma ação judicial requerendo a correção do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) pela taxa da inflação, e não pela Taxa Referencial (TR). Essa ação, como todas as outras referentes a esse assunto, está suspensa desde fevereiro de 2014 por determinação da Justiça Federal até que seja feito o julgamento de recurso especial no Superior Tribunal de Justiça (STJ), que servirá como referência para as decisões. A decisão de suspender foi do ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Benedito Gonçalves que determinou a suspensão em território nacional de todos os processos.

Em todo o país são cerca de 50 mil ações suspensas por causa de uma liminar que foi concedida a um recurso impetrado pela Caixa.

O depósito do FGTS é corrigido pela TR mais juros de 3% ao ano. Contudo, a legislação que disciplina a TR determina um fator de redução do índice ao longo dos anos, o que tem gerado prejuízo para os trabalhadores. A ação coletiva tem como objetivo substituir a TR pelo INPC, com conseqüente recálculo do FGTS e pagamento das diferenças recorrentes.

A ação protocolado com número: Processo n.: 0001321-96.2014.4.03.6002. 2ª Vara Federal de Dourados (MS), cujos andamentos podem ser acessados no site da Justiça Federal.

## Palestrante revela cenário caótico que país atravessa



Ele fez uma breve análise da conjuntura onde o desemprego no atual Governo beira a taxa 12,7%, segundo o PNAD do IBGE, passando de 6,8 milhões para 13,2 milhões de pessoas sem emprego, somente no período de 2014 a 2017.

Molina ainda disse que o mercado de trabalho vem se mostrando cada vez mais retraído com encolhimento da economia, e com o agravamento decorrente da reforma trabalhista e terceirização, ocasionando ocupações precárias e passando uma sensação de insegurança para todos os trabalhadores.

O Sindicato dos Bancários de Dourados e Região promoveu no dia 13 de abril uma palestra com o Professor Helder Molina, Doutor em Políticas Públicas do Rio de Janeiro sobre o cenário de instabilidade social, econômica e política vivida no Brasil.

# Reforma trabalhista aumenta desemprego e precariza o trabalho



Passados dois anos desde o golpe que derrubou a ex-presidenta Dilma Roussef, sob o argumento das “pedaladas fiscais”, a crise no país aumentou.

Na época, o senador Aécio Neves (PSDB-MG), agora processado por corrupção, mostrava indignação com os 10 milhões de desempregados, segundo ele, “vítimas da política econômica”. Mas, às vésperas do Dia do Trabalhador, em 1º de maio de 2018, o desemprego cresceu e já supera os 13 milhões.

Com Temer, o Brasil perdeu 1,4 milhão de postos de trabalho formais, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A política econômica recessiva e a reforma trabalhista aceleraram este processo. Apesar do governo e a mídia, sua aliada, repetem exaustivamente que o país está retomando o crescimento, os números mostram o contrário: no trimestre de abril de 2016 eram 11,411 milhões de desempregados, conforme a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) do IBGE. Em dezembro passado, após a reforma

trabalhista aprovada como uma solução, esse número cresceu para 12,311 milhões. Em fevereiro último, passou para 13,121 milhões.

O movimento sindical, por muitas vezes criticados pelos próprios trabalhadores, não mediu esforços e saiu as ruas para denunciar e tentar evitar que deputados e senadores aprovassem a reforma trabalhista, que na prática só traria prejuízos para a classe trabalhadora.

Todo o esforço acabou não sensibilizando a classe política que a serviço do grande capital e por interesses políticos acabaram aprovando as reformas nos moldes que o governo queria.

Passados esses anos a política econômica do governo Temer fracassou principalmente no que se refere a empregos. É importante destacar que o IBGE considera ocupada uma pessoa que faz um 'bico', que não necessariamente está empregada com carteira assinada e assegurados seus direitos.

Com as alterações das regras trabalhistas e o aumento da crise,

cresceu o total de trabalhadores sem carteira assinada, passando de 9,953 milhões no trimestre encerrado em abril de 2016 para 10,761 milhões em fevereiro último, um pouco menos do que em dezembro (11,115 milhões). Como forma de fugir do desemprego crescente, os trabalhadores da economia informal passaram de 22,980 milhões para 23,198 milhões em dezembro de 2017 e 23,135 milhões em fevereiro de 2018. Houve um pequeno crescimento do emprego formal nos últimos meses. A alta rotatividade e a substituição dos demitidos por empregados com menor salário, também teve uma aceleração. Segundo o Caged, o salário médio dos admitidos em fevereiro foi de R\$ 1.502,68, enquanto o dos demitidos era de R\$ 1.662,95.

A nova legislação permite sete novos tipos de contratações, entre eles, o trabalho intermitente, a 'pejotização' e a terceirização, que são formas de contratação precária, em que o trabalhador na maioria das vezes tem uma remuneração muito menor, além de perdas de direitos.

Os empregos gerados são precários, sem segurança, privilegiando os patrões. “Muitas empresas estão utilizando, por exemplo, o contratado intermitente, cujo valor da hora mínima estabelecida é de R\$ 4,45.

É a volta da escravidão, disse o presidente da do Sindicato dos Bancários de Dourados e Região-MS, Ronaldo Ferreira Ramos.

## Homologação fora do Sindicato, pode ser anulada

É nulo pedido de demissão feito por funcionário se não houver homologação do sindicato. Com esse entendimento, a 3ª Turma do Tribunal Superior do Trabalho deu provimento a recurso de uma ex-vendedora para anular seu pedido de demissão e condenar a empresa ao pagamento das diferenças rescisórias.

Na reclamação trabalhista, a vendedora disse que foi coagida a pedir demissão após retornar da licença-maternidade “e sofrer intensa perseguição pela empresa”. O juízo da 81ª Vara do Trabalho de São Paulo e o Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, no entanto, consideraram válido o pedido. Segundo o TRT, a falta da assistência sindical gera apenas uma presunção favorável ao trabalhador. No caso, a empresa apresentou o pedido de demissão assinado pela própria empregada. Esta, por sua vez, não comprovou a coação alegada.

No recurso de revista ao TST, a vendedora sustentou que a homologação na forma prevista no artigo 477, parágrafo 1º, da CLT é imprescindível e, na sua ausência, seu pedido de demissão deve ser desconsiderado.

O relator, ministro Alexandre Agra Belmonte, observou que a Subseção I Especializada em Dissídios Individuais (SDI-1) do TST decidiu que a exigência prevista na CLT é imprescindível à formalidade do ato. “Se o empregado tiver mais de um ano de serviço, o pedido de demissão somente terá validade se assistido pelo seu sindicato”, concluiu, ressaltando seu entendimento pessoal sobre a matéria Processo: RR-1987-21.2015.5.02.0081